



**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E COOPERATIVISMO DE LEITE NA
MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO
PARANAÍBA – MINAS GERAIS**

Murilo Mendonça Oliveira de Souza¹

(1 – Doutorando em Geografia – IG/UFU. Av. Frederico Tibery, 559, Bairro Tibery,
CEP: 38405-074, Uberlândia/MG. E-mail: murilosouza@hotmail.com)

Resumo

O processo de modernização do campo, iniciado a partir da década de 1960, foi responsável por um extraordinário incremento na produção geral de grãos no país. A incorporação de áreas de Cerrado na produção agrícola transformou de forma concreta o campo brasileiro. Ao mesmo tempo, contudo, esse processo foi responsável pela exclusão de grande quantidade de pequenos produtores. Teve papel importante nesse contexto o movimento cooperativista que, a um só tempo, foi responsável pelo processo de modernização e pela tentativa de proteger produtores familiares de leite. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo geral compreender o processo de modernização agrícola na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no âmbito de suas relações com o movimento cooperativista de forma geral e, especialmente, com o cooperativismo de leite. Para isso, além de uma análise teórica, posicionada historicamente, foram aplicadas entrevistas não estruturadas com produtores, técnicos e diretores da Cooperativa Agropecuária Mista de Patrocínio (COOPA), no município de Patrocínio, em Minas Gerais. A experiência vivida durante a pesquisa de campo foi permeada com idéias teóricas, o que resultou na análise aqui apresentada.

Palavras-chave: modernização agrícola, cooperativismo, produção familiar.

Abstract

**AGRICULTURAL MODERNIZATION AND THE COOPERATIVE MOVEMENT IN
THE TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA REGION**

Artigo recebido para publicação em 05 de Setembro de 2008;
Artigo aprovado para publicação em 22 de Fevereiro de 2009



The agricultural modernization process initiated during the 60's, increased extraordinarily the general crop production in Brazil. New areas including the Savannah (Cerrado) region and new technologies were incorporated, transforming the Brazilian system of production. These changes, however, were also responsible for excluding a great number of family farmers who had not been benefited by the modernization programs. The cooperative movement had a very important role on this process. At the same time that cooperativism was responsible for agricultural modernization it also came to the aid of family milk producers. This present research planned to comprehend the agricultural modernization process and its relations with the cooperative movement in the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region, of the State of Minas Gerais. To reach this objective many conceptual references were examined and some field visits were made to interview directors and members of the Agricultural Cooperative of Patrocínio (COOPA).

Keywords: cooperative movement, agricultural modernization, family farming.

1. Introdução

O processo de modernização do campo, iniciado a partir da década de 1960, foi responsável por um extraordinário incremento na produção geral de grãos no país. A incorporação de áreas de Cerrado na produção agrícola transformou de forma concreta o campo brasileiro. Novas tecnologias, aliadas a um pacote de insumos, tornaram possível a produção em larga escala em solos ácidos, anteriormente considerados impróprios para o cultivo de grãos. Todo este crescimento em termos produtivos, no entanto, não foi acompanhado pelo desenvolvimento socioeconômico dos produtores das áreas atingidas por tal processo. Via de regra, os produtores selecionados para tomar parte nos programas de desenvolvimento agrícola no Cerrado provinham de cooperativas do Centro-Sul do país.

Nesse contexto, os resultados do processo de modernização agrícola implementado no Cerrado e, em especial, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram fortemente excludentes. Os produtores que viviam na área estudada foram gradativamente excluídos, desde que, não contemplavam o perfil estabelecido pelo Estado para participar dos programas de desenvolvimento agrícola. Em sua maioria os produtores excluídos estavam ligados à produção de leite, praticada de forma extensiva e com baixa organização socioprodutiva, o que, claramente, foi um dos fatores responsáveis por seu esquecimento quanto aos programas propostos.



O cooperativismo cumpriu nesse contexto um papel híbrido. Ao mesmo tempo em que foi o sustentáculo para a modernização agrícola na região, permitiu que alguns produtores familiares de leite continuassem produzindo. Isso foi o que ocorreu na mesorregião estudada e em outras áreas de Cerrado. Juntamente com a expansão da produção de grãos em larga escala, intermediada por cooperativas do Centro-Sul, foram constituídas, também, cooperativas de produtores de leite. Estas cooperativas foram estabelecidas, em sua maioria, pela iniciativa de alguns grandes produtores de leite e grãos da região. Este fato manteve os produtores familiares de leite em uma situação de subordinação. Ficaram subordinados ao capital e à direção de um pequeno grupo de grandes produtores *comandavam* as cooperativas. Com isso, os produtores que não foram excluídos de imediato pelo processo de modernização, o foram de forma lenta pelas próprias cooperativas de leite, das quais faziam parte.

As cooperativas de leite cumpriram um papel contraditório no processo de modernização da agropecuária na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A um só tempo legitimaram o avanço do capitalismo no campo e buscaram proteger os pequenos produtores, especialmente, os de leite. Contudo, em um contexto geral, muitos produtores foram alijados do processo produtivo estabelecido pela modernização do campo e as cooperativas de leite pouco fizeram para que isto fosse diferente.

A partir dessa reflexão este artigo tem como objetivo geral compreender o processo de modernização agrícola na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no âmbito de suas relações com o movimento cooperativista de forma geral e, especialmente, com o cooperativismo de leite. Para isso, além de uma análise teórica, posicionada historicamente, foram aplicadas entrevistas não estruturadas com produtores, técnicos e diretores da Cooperativa Agropecuária Mista de Patrocínio (COOPA), no município de Patrocínio, em Minas Gerais. A experiência vivida durante a pesquisa de campo foi permeada com idéias teóricas, o que resultou na análise aqui apresentada.

2. Modernização agrícola e cooperativismo no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

As décadas de 1960 e 1970 marcaram um acelerado desenvolvimento tecnológico da agricultura, especialmente, no Centro-Sul, com base no sistema cooperativista agropecuário. Diversos fatores, entretanto, levam à necessidade de expansão do modelo de desenvolvimento



adotado, ligado diretamente à acumulação capitalista no campo. Assim, o avanço da modernização agrícola para a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba representou a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante em busca de auto-expansão (MENDONÇA e THOMAZ JUNIOR, 2003).

A adoção deste modelo de desenvolvimento vinha, ainda, ao encontro da política nacional desenvolvimentista dos anos 1960 e 1970, que procurava integrar os *espaços vazios* do Brasil Central ao capitalismo do Centro-Sul (PESSOA e SILVA, 1999). A integração destes *espaços vazios* se daria essencialmente através da intervenção estatal, com a disponibilização de grandes quantidades de crédito agrícola e criação de vários programas de desenvolvimento. Entre os programas governamentais implementados no Cerrado mineiro, devem ser destacados o PCI (Programa de Crédito Integrado), o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados).

O primeiro programa desenvolvido na região foi o PCI (Programa de Crédito Integrado), criado em 1972. O PCI foi um programa estadual elaborado pelo BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) voltado para o desenvolvimento dos cerrados e, por esse motivo, se revestiu de extrema importância, pois até então o Cerrado era tido como uma área de reduzido potencial agrícola.

O objetivo do programa foi estimular a expansão da agricultura empresarial tecnificada em uma área de 292.798 hectares no Cerrado mineiro. O programa funcionou como projeto piloto de estímulo à expansão agropecuária, promovendo o incremento da produção de soja, café e outras culturas no espaço agrário das novas fronteiras agrícolas (PESSOA e SILVA, 1999, p. 36).

O Estado se envolveu plenamente em sua viabilização, sendo que o programa contava com o apoio de diversos órgãos estaduais como, CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), CASEMG (Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais), ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural; atual EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), PIPAEMG (Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais; atual EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais), e do Banco Mundial que, em 1973, forneceu um empréstimo de



aproximadamente US\$ 32 milhões ao programa.

O PCI atuou nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica, onde seu objetivo principal era desenvolver uma agricultura de mercado fundada em bases tecnológicas avançadas e elevado uso de capital. Este programa inicia o processo de modernização da agricultura no cerrado, sendo responsável pela disponibilização de grande volume de crédito para a agropecuária, fato que até então não tinha precedente.

No entanto, mesmo tendo acrescentado uma grande quantidade de terras à agricultura e ter servido de modelo para outros projetos desenvolvidos na região, este programa se mostrou excludente, assim como ocorreu em outras regiões, pois apenas os médios e grandes agricultores conseguiram os empréstimos. E em sua maioria, estes produtores vinham de outras regiões do Brasil. “Dado este caráter da agricultura que pretendia desenvolver e ainda o fato de que a área média para conseguir engajamento no Programa era da ordem de 483 ha, fica claro o caráter seletivo e excludente do mesmo” (DUTRA, 1995, p.16).

Basicamente, os resultados obtidos pelo PCI estão ligados à expansão da agricultura mecanizada no Cerrado mineiro, onde foram favorecidos o consumo de insumos e máquinas agrícolas (CLEPS JÚNIOR, 1998). Sequencialmente à implementação do PCI foi desenvolvido, em 1973, o PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. O PADAP marca o início do papel cooperativista na modernização agrícola no Cerrado. Este programa foi criado por meio de um acordo entre a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais e a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Para sua realização foram desapropriados 61 mil hectares, abrangendo os municípios mineiros de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos.

O grupo de beneficiários estava constituído por imigrantes japoneses, sendo que em sua maioria foram indicados pela própria CAC. Este fato refletia a necessidade de realocação dos pequenos produtores ligados às grandes cooperativas agropecuárias do Centro-Sul. Dessa forma, entretanto, os produtores locais, com raras exceções, não foram beneficiados.

[...] a implantação do Programa gerou dois tipos de resultados. Penalizou os pequenos produtores locais, que foram sendo gradativamente eliminados em função do desenvolvimento do processo, na medida em que iam vendendo suas terras aos produtores maiores e mais capitalizados. Por outro lado, favoreceu enormemente a expansão e o crescimento dos agricultores cooperados a CAC, que conjugando suas



disponibilidades iniciais de capital com as facilidades oferecidas pelo Programa, como crédito rural e a infra-estrutura acumularam substantiva riqueza (DUTRA, 1995, p.28).

O PADAP beneficiou 90 famílias em áreas médias de 250 hectares. Sendo que no primeiro ano de implantação do programa “foram introduzidos os cultivos de café, soja e arroz, passando-se ao segundo ano com o cultivo de trigo e, no terceiro ano, foram definidas as culturas básicas do projeto: soja, trigo e café” (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 128). Este programa foi responsável pela expansão das áreas ocupadas com café na mesorregião analisada nesse trabalho, e que hoje constitui uma das principais regiões produtoras de café do país.

Nesse contexto, a implantação do PADAP caracterizou o desenvolvimento agropecuário no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, levando em consideração a expansão da agricultura e acumulação capitalista no campo, tendo como ponto de partida o movimento cooperativista. Todo esse processo, entretanto, excluiu os produtores locais que constituem a maior parte dos produtores familiares da mesorregião estudada. Fica claro assim, o caráter do programa, que apesar de ter sido extremamente importante para a ocupação produtiva da região, acabou marginalizando a população local.

A implantação do PADAP preparou, ainda, o campo de ação para a implantação, em 1975, do POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que teria uma maior abrangência e o objetivo de ocupar de forma empresarial as regiões de Cerrado. O programa foi criado pelo Decreto n° 75.320 de 29 de janeiro de 1975 e pretendia acrescentar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária brasileira, sendo que até 1979 havia atingido 248.410 hectares.

Como destaca Cleps Junior (1998, p. 129), o POLOCENTRO foi orientado “dentro da concepção de pólos de desenvolvimento e abrangeram uma extensa área do Cerrado e um conjunto de estados localizados na região Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais [...]”. Em Minas Gerais, as regiões incluídas foram o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Alto Médio São Francisco e Vão do Paracatu. Especificamente na mesorregião estudada o programa atingiu uma longa área ao longo da BR 365 entre os municípios de Patrocínio e Canápolis.

As áreas utilizadas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, já apresentavam uma boa infra-estrutura, sendo, então, propícias para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e comercial a que se propunha o programa. Para isso, o



POLOCENTRO foi constituído de forma ordenada, se escorando na infra-estrutura pré-existente, em parte estabelecida nos programas anteriores (PCI e PADAP). No entanto, como nos programas anteriores, o objetivo era desenvolver uma agricultura de larga escala voltada para o mercado externo, sendo que mais de um terço dos beneficiários possuíam mais de 1000 hectares de terra.

Foram dispostas linhas de crédito fundiário, de investimento e custeio a taxas de juro baixíssimas e sem correção monetária. Entretanto, o crédito somente era concedido mediante garantias que não estavam ao alcance dos pequenos agricultores.

Pode-se concluir que apesar de ter elevado a produção de grãos do cerrado, este programa foi desprovido de medidas para promover o acesso a terra e aos meios de produção pelos pequenos fazendeiros. Discriminou em favor de unidades de grande escala, com critérios restritivos para determinar os beneficiários das linhas de crédito (DUTRA, 1995, p. 37).

O POLOCENTRO foi o responsável, parcialmente, pelo desenvolvimento de algumas cooperativas agropecuárias na mesorregião estudada. O programa disponibilizou, como dito, uma grande quantidade de recursos que acabaram influenciando no desenvolvimento da produção familiar, que serviria como esteio para alguns grandes produtores. Algumas cooperativas se beneficiaram com as políticas desenvolvidas pelo programa, como fica claro no relato do diretor-presidente da COOPA (Cooperativa Agropecuária Mista de Patrocínio):

O Estado foi o responsável pelo avanço das cooperativas na região. A COOPA se desenvolveu mais através do POLOCENTRO. Apesar de ter nascido antes, a COOPA ficou um tempo estagnada. Os programas governamentais, como o POLOCENTRO, ofereciam crédito para abrir o cerrado e produzir, inclusive gado de leite, no processo de expansão das fronteiras agrícolas (Diretor Presidente COOPA, 2004).

Contudo, no caso das cooperativas de leite, os beneficiários dos créditos disponibilizados eram, em sua maioria, os grandes produtores, latifundiários e ainda fundadores das cooperativas. Ou seja, o POLOCENTRO, como os outros programas de ocupação produtiva do cerrado, teve como objetivo principal, simplesmente a reprodução do capitalismo na agricultura. Enquanto isto, os pequenos produtores de leite e outros produtores para o abastecimento interno continuavam produzindo sem o apoio governamental necessário. Estes produtores cumpriram um papel de subordinação aos grandes produtores que comandavam as cooperativas.



Assim como no caso do PADAP, o POLOCENTRO promoveu a abertura e ocupação do Cerrado, elevou a grandes escalas a produção de grãos na região, implementou diversos projetos de pesquisa, com teste de diversas tecnologias inovadoras, mas privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da produção familiar para o consumo interno. E neste mesmo sentido se desenvolveu o PRODECER em suas várias etapas e regiões.

O PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados - foi criado a partir de um acordo de cooperação entre Brasil e Japão assinado em 1974, partindo de estudos que vinham sendo realizados há alguns anos pela JICA (Japan International Cooperation Agency) no cerrado brasileiro. Este acordo veio a se concretizar com a criação da CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola) em 1979. Para a constituição da CAMPO foram organizadas duas *holdings*, a BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) com 51% das ações e a JADECO (Japan Brasil Agricultural Development Corporation) com 49% das ações. Esta última ficou encarregada de planejar, assistir e coordenar o PRODECER (PESSÔA, 1988; OLIVEIRA, 2005). Inicialmente, foram implantados três projetos piloto nos municípios de Coromandel, Irai de Minas e Paracatu, que constituíram o PRODECER I.

[Foram atingidas] três áreas de Minas Gerais, totalizando cerca de 58.754 hectares, assim distribuídas: 1 – o município de Irai de Minas como sede, abrangendo também os municípios de Nova Ponte e Romaria; 2 – o município de Coromandel como pólo, e parcialmente compreendidos pelos municípios de Patrocínio, Guimarânia e Patos de Minas; 3 – o município de Paracatu, entre a divisa de Goiás e o município de Unai, com pequena parte de área neste município (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 133).

Deve-se notar que todas as áreas eram coincidentes com as do POLOCENTRO, sendo que em todas já havia uma infra-estrutura relativamente consolidada para a produção em larga escala, comandada, normalmente, pelas organizações cooperativas. O objetivo do programa, assim como no POLOCENTRO, era a abertura e ocupação do Cerrado para implantação de uma agricultura tecnificada para exportação. Este programa realizou a ocupação citada através do assentamento de médios produtores e da organização em cooperativas. Processo que, via de regra, era coordenado por alguma cooperativa do Centro-Sul que se responsabilizava, também, pela seleção dos beneficiários.

O Projeto de Colonização de Irai de Minas, por exemplo, foi executado pela COSUEL - Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda – do Rio Grande do Sul. Os beneficiários, no



programa inicial foram 26 colonos, todos vindos do sul e selecionados pela COSUEL. O mesmo aconteceu com os projetos dirigidos pela CAMPO, nos quais a seleção dos produtores a serem assentados se deu “basicamente visando a escolha de agricultores com bom potencial empresarial e capacidade técnica de gestão de gleba nos parâmetros tecnológicos estabelecidos pela CAMPO” (SALIM, 1986, p.331). O perfil buscado pela CAMPO foi encontrado entre produtores vindos do sul e sudeste do país. Esses produtores, com as facilidades de crédito, se estabeleceram em grandes propriedades no Cerrado mineiro.

O programa subsequente (PRODECER II) seguiu, via de regra, os mesmos passos do PRODECER I, entretanto, cada vez mais com a ação de cooperativas agropecuárias em sua implantação, utilizando grandes áreas e beneficiando poucos produtores, como pode ser constatado na tabela 1.

Tabela 1. Projetos de Colonização implementados pelo PRODECER II e Cooperativas envolvidas no desenvolvimento do programa, 1985 – 1993.

Projeto	Cooperativa	Número de Produtores
Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros II	COOPÈRVAP – Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda	28
Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros III	COOPÈRVAP – Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda.	20
Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros IV	COOPÈRVAP – Coop. Agrop. Vale do Paracatu Ltda.	10
Projeto de Colonização Bonfinópolis	FEMECAP – Federação Meridional das Cooperativas Agrop. Ltda.	49
Projeto de Colonização Piratinga	COOPERTINGA – Cooperativa Agrop. da Região de Piratinga Ltda.	53
Projeto de Colonização Buritis	COOPAGO – Coop. Agropecuária do Planalto Goiano Ltda.	42
Projeto de Colonização Guarda - Mor	SULBRAS – Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil Ltda.	37

Fonte: adaptado de CLEPS JUNIOR, 1998.

O PRODECER III (1993-1998) seguiu, também, os parâmetros de seus antecessores, atingindo agora os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Seus principais projetos foram o Projeto Balsas, implantado no município de Balsas no Maranhão, através de uma parceria entre a CAMPO e a BATAVO, beneficiando 60 produtores com uma área total de 40.000 hectares; e o Projeto Pedro Afonso realizado pela CAMPO e Cooperativa Mista de São João Ltda em Pedro Afonso no estado do Tocantins, assentando 41 produtores em uma área total de 40.000 hectares



(CLEPS JUNIOR, 1998).

Nesse sentido, o PRODECER em suas três primeiras etapas, criou grandes unidades agrícolas com uma organização em moldes empresariais e alta concentração tecnológica, com a participação do sistema de cooperativas agropecuárias em todas as fases do projeto. Assim como os outros programas desenvolvidos no Cerrado, foi excludente, culminando com a promoção de um processo de desenvolvimento desigual, marginalizando as populações locais em favor de produtores vindos de outras regiões.

Em resumo, as décadas de 1970 e 1980 marcaram o momento de consolidação da agricultura capitalista nas regiões de Cerrado e, em especial, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Os programas implementados possibilitaram o desenvolvimento do cooperativismo empresarial na região, marginalizando e subordinando os produtores de alimentos em atividade na região há várias décadas. Estes produtores passaram e ainda passam por um processo de diferenciação, onde sua função se resume apenas à legitimação das ações decididas por grandes produtores ligados às cooperativas agropecuárias. Portanto, os produtores familiares da região, quando não foram excluídos e migraram para os centros urbanos, foram inseridos nas cooperativas de forma diferenciada. Ou seja, formaram uma grande massa de produtores que representam o aumento do montante produtivo e dos lucros de alguns grandes produtores que, via de regra, dirigem as ações nas cooperativas de leite da região estudada.

É nesse contexto de modernização do campo que se passa a uma análise das cooperativas ligadas à produção de leite e seus produtores, para que seja possível um entendimento da diferenciação presente no interior de tais cooperativas, que congregam grandes e pequenos produtores, com interesses e necessidades diferenciados.

3. Produção de leite e cooperativismo no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A introdução do rebanho bovino no Brasil está diretamente relacionada com o processo de colonização. Juntamente com os primeiros portugueses chegaram os primeiros rebanhos bovinos, que devido às características tropicais do país se desenvolveram de forma acelerada. Estes rebanhos não eram, a princípio, especializados, sendo utilizados com três propósitos diferentes: para o trabalho, a produção de carne e a produção de leite. Este rebanho passa a ser especializado, para produção de carne e leite, apenas a partir do início do século XIX, com a introdução



respectivamente das raças zebuínas e holandesas.

Assim, a partir do século XIX, teve início a organização produtiva de leite no Brasil. Esta organização foi ocasionada, especialmente, devido ao crescimento urbano de alguns centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, fato que levou à necessidade de uma maior produção de alimentos para consumo interno. A primeira região a se especializar na produção leiteira foi o Sul de Minas, principalmente, por sua proximidade de São Paulo e Rio de Janeiro (MONBEIG, 1954).

Apesar deste desenvolvimento e especialização inicial, os produtores de leite ainda não estavam organizados para abastecer eficientemente as cidades. Estes produtores passaram a se organizar, a exemplo dos outros produtores agrícolas no Brasil, a partir da intervenção do Estado para possibilitar o abastecimento dos centros urbanos em crescimento. Nesse sentido, já nos anos 1920 os chamados vaqueiros, com suas propriedades localizadas na periferia da cidade de São Paulo, formaram a *Sociedade União dos Vaqueiros*, com a constituição de uma usina de processamento de leite.

Estes produtores passam, a partir deste momento, a pasteurizar e engarrafar o leite a ser entregue à população. Em 1920 foi criada ainda a *Cooperativa de Produtores*, que seria a precursora dos laticínios *Poços de Caldas* e atual *Danone* (MEIRELES, 1982). Mas é, entretanto, a partir da década de 1930 que começam a ser organizadas, em maior número, as cooperativas de leite do país.

As primeiras cooperativas leiteiras surgiram durante a década de 1930 no Estado de São Paulo, pela iniciativa de grandes e médios produtores. Eles tentaram organizar-se a fim de responder à crescente demanda de alimentos para o mercado urbano (FREDERICQ, 1981, p. 133).

Assim, a partir dos anos 1930, o cooperativismo leiteiro emerge como um novo componente dentro do setor cooperativista brasileiro, estando seu desenvolvimento diretamente ligado ao abastecimento urbano. Dessa forma, o Estado passa a intervir diretamente no abastecimento de leite através das cooperativas. Como exemplo, em 1933, nove cooperativas singulares do Vale do Paraíba: Areias, Pindamonhangaba, Roseira, Guaratinguetá, Cachoeiras, Silveiras, Cruzeiro, Queluz e São José do Barreto se juntam para formar a Cooperativa Central de São Paulo (FLEURY, 1985), iniciando um processo mais avançado de organização na produção



de leite.

Foi com o auxílio do Estado que esta Central adquiriu suas primeiras usinas, voltadas para a captação e distribuição de leite “in natura” e manteiga na cidade de São Paulo (MEIRELES, 1982). Algum tempo depois, em 1939, foi fundada a Cooperativa Central de Laticínios do Rio de Janeiro e em 1942 a Cooperativa Central de Laticínios de Pernambuco, ambas com apoio do Estado para seu desenvolvimento. Em 1948, em Minas Gerais é criada a CCPR – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (atual Itambé). Esta cooperativa, assim como as demais, contou com decisivo apoio estatal, sendo que sua primeira planta industrial foi a Usina Central de Leite, cedida em 1949 pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais (GALAN, 2000).

Como pode ser visto, o Estado foi o responsável, também no setor leiteiro, pelo acelerado desenvolvimento do movimento cooperativo no Brasil. No caso do leite, entretanto, esta intervenção se deu de forma ainda mais inflexível. Sendo o leite um dos principais produtos responsáveis pela alimentação da camada de mais baixa renda dos grandes centros, assim como aconteceu com o trigo no sul, o leite sofreu grande influência das políticas promovidas pelo Estado. Mas, ao contrário do trigo, que recebeu incentivos para a modernização produtiva, no caso do leite os incentivos se restringiram à comercialização e industrialização, sem nenhuma preocupação com os produtores.

[...] a intervenção do Governo Federal a partir de 1945, no setor de abastecimento de leite, controlando preços, a exemplo de outros produtos de primeira necessidade, como medida de proteção aos consumidores, acabaria por trazer sérias distorções dentro do setor de pecuária leiteira nacional com evidentes reflexos no setor industrial. Tanto mais que, iniciada esta intervenção, as preocupações do Governo estiveram permanentemente voltadas para o abastecimento, esquecendo-se ele da necessária atenção e estímulo ao setor de produção (MEIRELES, 1982, p. 98).

Isto mostra o caráter do desenvolvimento do setor leiteiro no país, que procurou incentivar a organização em cooperativas, sem, entretanto levar em consideração a situação econômica e social do produtor. Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, aqui estudada, este processo não se deu de forma diferente. A intervenção do Estado, especialmente a partir de 1950, promoveu apenas o crescimento das cooperativas, não promovendo assim o desenvolvimento dos pequenos cooperados.



A produção de leite, que já vinha sendo desenvolvida há décadas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, passa a ser organizada a partir da década de 1950, também com vistas ao processo de abastecimento interno, sendo que neste caso a preocupação era com o abastecimento da cidade de São Paulo. Na região o processo de intervenção estatal se deu através do apoio ao cooperativismo agropecuário, porém, fixando-se apenas no setor ligado à comercialização e depois à industrialização, esquecendo-se do incentivo ao setor produtivo.

Nesse contexto, já em 1958 é criada na região a CAPAL – Cooperativa Agropecuária de Araxá Ltda, em 1961 a COOPA – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda e em 1962 a CALU – Cooperativa Agropecuária Ltda de Uberlândia (BARBOSA, 1999), sendo que nos três casos a implementação de tais cooperativas se deu com total apoio do Estado. Assim, as primeiras cooperativas de leite da região surgem como resultado da intervenção estatal que visava a modernização agropecuária no Cerrado e não, como se esperava, da iniciativa e necessidade da classe produtora.

Depois de sua fundação estas cooperativas, assim como outras em todo o Brasil, funcionaram apenas como repassadores de leite para outras empresas em São Paulo ou no próprio estado de Minas Gerais. Com isto foi beneficiada a multinacional Nestlé, que abre sua primeira fábrica de leite em pó na região em 1964, no município de Ibiá. Assim, as cooperativas criadas no período que vai da década de 1950 até a década de 1980, funcionam, em sua maioria, como repassadores de leite ora para a Nestlé ora para as Centrais Cooperativas. Esse foi o caso da Cooperativa Agropecuária Mista de Patrocínio Ltda.

O fenômeno de subordinação das cooperativas às empresas privadas se desenvolveu particularmente na área do leite: muitas cooperativas leiteiras regionais se tornaram simples intermediárias entre a Nestlé, por exemplo, e seus produtores. O caso mais freqüente é o das cooperativas que se encarregam do transporte do leite, recolhendo os frascos nas fazendas e entregando-os na fábrica (FREDERICQ, 1981, p. 135).

Ao contrário das cooperativas ligadas à produção de grãos, que chegam a partir da década de 1970 já com uma estrutura empresarial, as cooperativas de leite, apesar de terem sido as primeiras cooperativas criadas na região, somente a partir da década de 1980 começam a procurar se estruturar de forma empresarial. Até aí haviam sido apenas intermediárias entre os produtores e outras empresas. Por isso, as cooperativas leiteiras foram empresarialmente organizadas



seguindo as cooperativas que modernizaram a agricultura do Cerrado sendo, muitas vezes, controladas pelos mesmos produtores que vieram do Centro-Sul do país para produzir grãos.

Nesse contexto, pode-se considerar que no Brasil, de forma geral e, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, especificamente, o cooperativismo de leite teve seu ápice, entre as décadas de 1970 e 1980, quando se formou uma estrutura com diversas cooperativas regionais e sete grandes centrais. Este sistema chegou a controlar 80% do leite produzido no país, com conseqüente domínio do mercado varejista das grandes capitais. O fim desse ciclo aconteceu no início dos anos 1990. A maioria das centrais faliu ou foram (caso mais comum) vendidas para empresas multinacionais do setor, principalmente, Nestlé e Parmalat. Este processo fez com que o leite oriundo do cooperativismo caísse vertiginosamente, sendo que hoje não representa mais que 50% da produção nacional. É importante lembrar que mesmo neste período, de sucesso do cooperativismo de leite no país, os produtores de forma geral não obtiveram nenhum benefício (MITTMAN, 2003).

Passado o período de crise do cooperativismo de leite, ligado principalmente, às mudanças como a abertura comercial e o mercosul, a partir do final da década de 1990, as cooperativas começam a se reestruturar, especialmente através da centralização crescente e profissionalização, procurando concorrer com as grandes multinacionais do setor leiteiro.

A partir do final da década de 1980 as cooperativas de leite, para sobreviverem passam a se adaptar à estrutura econômica vigente procurando se equiparar às empresas privadas do setor, que na região estudada estão representadas pela multinacional Nestlé. Com isto, as cooperativas começam a disputar mercado com poderosas empresas estrangeiras, produzindo os mesmos produtos sofisticados que precisam de tecnologia importada e se lançam em grandes projetos de propaganda e marketing (FREDERICQ, 1981).

As cooperativas de leite começam a formar grandes complexos agroindustriais. Na região além da criação da CEMIL – Central Mineira de Laticínios -, criada em 1999 em Patos de Minas, da qual a COOPA é a maior acionária, foram formados outros grupos centralizados. Em 2001, por exemplo, juntaram-se a Cooperativa Agropecuária de Carmo do Rio Claro (COOPERCARMO), a Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro (CASMIL), de Passos, e a paulista Cooperativa Nacional Agroindustrial (COONAI), de Ribeirão Preto, para a criação da Cooperativa Central Leites Nilza. Hoje a Central Nilza já tem sete cooperativas coligadas, com a



captação de mais de 750.000 mil litros por dia. Esta nova central de laticínios já exportou leite em pó para a Nigéria e outros países da África.

Na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em 2003, 20 cooperativas de leite contrataram uma empresa de consultoria para a análise das possibilidades de formação de uma única cooperativa. Segundo Mittman (2003), a intenção inicial é de criar uma única estrutura de industrialização e de comercialização de produtos, mantendo a captação de leite vinculada às cooperativas singulares. O objetivo é que, cada uma delas mantenha a sua marca original, mas não se descarta a hipótese de que, no futuro, seja criada uma única marca.

O processo de centralização e crescimento empresarial das cooperativas, entretanto, não transmite as vantagens do crescimento econômico para o produtor cooperado, já que apenas alguns produtores dominam a cooperativa. A própria formação das cooperativas de leite da região favoreceu este aspecto, já que o processo de diferenciação capitalista presente no nascimento de tais cooperativas, reproduz dentro delas o sistema circundante, promovendo também internamente nas cooperativas a separação entre grandes e pequenos produtores, onde normalmente os grandes levam vantagens à custa dos pequenos.

A necessidade de se adaptar às exigências de um mercado liderado por corporações de capital altamente concentrado e a conseqüente escolha, pelas cooperativas centrais, de um esquema fortemente empresarial, entra em choque com a difusão da ideologia cooperativista entre seus associados: se o fortalecimento do sistema de cooperativas se faz por sua transformação em empresas capitalistas cada vez mais concentradas, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua conseqüente participação associativa (FREDERICQ, 1981, p.135).

Dessa forma, entende-se que não existe um processo de inclusão do produtor sendo realizado. As cooperativas de leite têm conseguido crescer e concorrer com as empresas multinacionais, mas este crescimento está se dando sem levar em conta a participação dos produtores associados. E, definitivamente, não se pode acreditar que isto acontecerá depois do crescimento. Ou seja, não é possível acreditar na velha fórmula de *crescer o bolo para depois dividir*. Assim, a verdade é que os pequenos produtores de leite subordinados às cooperativas conseguirão apenas benefícios marginais, como alguns centavos a mais pelo litro de leite.

4. Considerações Finais



As cooperativas agropecuárias de forma geral e, as cooperativas de leite em especial, construíram-se, historicamente, em um ambiente híbrido. Ou seja, buscaram, pelo menos retoricamente, discutir formas mais igualitárias de organização do processo produtivo, mas, ao mesmo tempo, não deixaram de se adaptarem às normas estabelecidas pelo modo de produção capitalista. O processo de modernização da produção agrícola e o avanço sobre as áreas de cerrado vieram apenas confirmar esta concepção. No contexto da modernização da agricultura o cooperativismo cumpriu um papel contraditório, desde que, a um só tempo, foi base para o estabelecimento da produção tecnificada em larga escala nas regiões de cerrado e responsável pela tentativa de amenizar as conseqüências da mesma modernização para os produtores familiares de leite.

Na região e na cooperativa analisadas, tal processo de modernização promoveu a exclusão em dois momentos diferentes. Primeiramente, excluiu diretamente alguns produtores que não se enquadraram nas normas para a participação nos programas propostos pelo Estado. Em outro momento, passou a excluir gradativamente outros produtores integrados nas cooperativas agropecuárias, especialmente, as de leite. A COOPA, por exemplo, criou paulatinamente uma estrutura que foi adaptando-se aos ditames do capitalismo e abandonando os pequenos produtores integrados à própria sorte. Apenas os grandes produtores, que comandavam (e ainda comandam) tais cooperativas conseguiam obter benefícios reais da cooperação.

Nesse sentido, a modernização agrícola aliada ao movimento cooperativista (que deveria proteger os produtores familiares cooperados) foi, e ainda é, responsável por um processo que exclui os pequenos produtores do processo produtivo. As *sobras*, que deveriam ser revertidas em benefícios diretos para os cooperados, continuam sendo reaplicadas no desenvolvimento capitalista das cooperativas. Optou-se por modernizar, também, as cooperativas, em detrimento imediato da grande maioria dos produtores de leite cooperados.

5. Referências bibliográficas

BARBOSA, E. C. M. *Cooperativismo e estratégia competitiva: caso CALU*. 1999. 56 p. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.



- CLEPS JUNIOR, J. *Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1998.
- DUTRA, I. F. *Os programas governamentais no cerrado: O caso de Irai de Minas*, 1995. 36 p. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1995.
- FLEURY, M. T. L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Teses, 11).
- FREDERICQ, A. *A Babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro*. In: CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 91-184
- GALAN, V. B. *Formas de governança e o cooperativismo de leite no Brasil: uma análise de setor, de casos escolhidos e de incentivos*. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MEIRELES, A. *Perspectiva da industrialização e comercialização de leite no Brasil*. In: PINHO, D. B. et al. *Bases operacionais do cooperativismo: manual de cooperativismo*, São Paulo: CNPq, 1982. 239 p.
- MENDONÇA, M.; THOMAZ JUNIOR, A. *Reestruturação Produtiva do Capital, modernização da agricultura em áreas de cerrado e os impactos sobre o trabalho*. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE, Florianópolis, 2003.
- MITTMAN, L. M. *O campo fértil do cooperativismo*. A Granja, São Paulo, maio 2003.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Série didática, n. 3).
- PESSÔA, V. L. S.; SILVA, P. J. *O Café e a Soja na (re) Organização do Espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*. Relatório final apresentado ao CNPQ, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, agosto/1999.
- PESSÔA, V. L. S. *Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)*. 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1988.